

## 5

### “Nossa Terra, Nossos Patrícios”: índios nascidos no território nacional

#### 5.1

##### A Comissão, a Inspeção e o Posto na passagem da década de 1920 para a de 1930

O posto de Utiarity era administrado conjuntamente pela Inspeção do SPI em Mato Grosso e pela Comissão Rondon. O argumento da administração conjunta encontra maior respaldo quando constatamos na análise do relatório de 1923 que o encarregado do posto de Utiarity neste ano – o senhor Rubens Velloso Hignnes - exercia simultaneamente o cargo de inspetor de telégrafos.

Documentos administrativos de outra natureza (não são relatórios) datados de 1924 reforçam a idéia da contribuição administrativa que se mantinha firme com o passar dos anos:

Para atender ao Posto Indígena de Utiarity [foram] entregues a margem esquerda do Rio Sacre: 8 bois de corte à 105\$000. Importa a presente conta em 840\$000. Recebemos do Senhor Telegraphista João do Lago Monteiro, pagador da Parte Sul da mesma Comissão, a quantia de “oitocentos e quarenta mil réis”, valor da presente conta.<sup>180</sup>

Neste documento de junho de 1924 percebemos a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA) atuando como intermediadora de relações comerciais entre o posto indigenista de Utiarity e uma empresa regional fornecedora de animais. Trata-se de um comprovante de fornecimento de oito bois para o abate a fim de atender às necessidades alimentícias do posto.

O redator desta espécie de nota fiscal afirma ter recebido do telegrafista João do Lago Monteiro a quantia de 840 mil réis referente aos animais fornecidos e se refere ao funcionário estatal como pertencente à parte sul da CLTEMGA. A legalidade de tais transações comerciais encontra-se legitimada pelo visto e assinatura do inspetor Antônio Estigarribia. Esta fonte é um típico exemplo do envolvimento da Comissão Rondon com os postos indigenistas da região e mais especificamente com o posto de Utiarity.

Ao Ilmo. Sr. Dr. Antonio Martins Vianna Estigarribia, Inspector interino do Serviço de Protecção aos Índios neste estado.

---

<sup>180</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 216 ; Fotograma 0004

Para os devidos fins, tenho a honra de passar às vossas mãos os inclusos pontos do pessoal em serviço extraordinário de tiragem de madeiramentos para a construção de uma casa destinada a escola e aulas de muzica e sapataria dos alumnos do posto indígena de Utiarity, relativos aos mezes de Agosto à Outubro findo.<sup>181</sup>

Este documento de novembro de 1924, assinado por João do Lago Monteiro, funcionário da Comissão Rondon, informa sobre um serviço de “tiragem de madeiramentos”<sup>182</sup> que estava sendo executado em Utiarity. Este serviço tinha por finalidade a construção de mais uma casa destinada a ser uma escola e um espaço de aprendizado de música e do ofício de sapateiro. João Monteiro desempenha importante função administrativa para o posto, pois tem o encargo de relatar ao inspetor regional do SPI informações relevantes referentes ao cotidiano de Utiarity.

Antonio Estigarríbia era o agente estatal responsável pela inspeção e organização administrativa de todos os estabelecimentos indigenistas do estado do Mato Grosso na época em questão. Os relatórios de todos os chefes de postos indigenistas da região deveriam ser enviados a este senhor, para que dele viessem as ordens e medidas a serem cumpridas e implementadas. Visando o funcionamento adequado dos serviços de proteção aos índios em sua esfera local, objetivava-se atingir as metas e obedecer às diretrizes provindas da direção nacional do órgão protecionista.

As fontes documentais pesquisadas atestam a existência de uma rede institucional de trocas de informações administrativas: consideramos este breve ofício - escrito por um funcionário da equipe da CLTEMGA e endereçado ao inspetor do SPI no estado do Mato Grosso - um exemplar documental indicativo de que esta circulação de comunicações administrativas sinalizava, no contexto regional e temporal deste estudo, um planejamento conjunto de governo sobre os índios.

Não se tratava de uma mera colaboração institucional de um quadro administrativo público que necessitava se comunicar por atuar em localidades próximas. A meu ver este documento expressa indícios de como dois aparelhos de

---

<sup>181</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 216 ; Fotograma 0008.

<sup>182</sup> Acredito que tais termos se refiram ao corte de árvores para a fabricação de madeiras destinadas à construção.

governo – a Comissão Rondon e a Inspetoria Regional do SPI – foram historicamente se construindo funcionalmente interdependentes.

O exercício de funções complementares de governo devia-se não só à esfera espaço-regional de atuação dos órgãos, mas principalmente pelo fato destes possuírem finalidades políticas similares: a integração do espaço geográfico ao território brasileiro e a incorporação das populações indígenas à sociedade e ao Estado brasileiro. Estas eram as especificidades da cooperação administrativa entre estes dois órgãos governamentais que em âmbito regional e local aplicavam políticas indigenistas.

Tal cooperação mostrava-se duradoura como bem expressa três ofícios do ano de 1929, transcritos a seguir:

Ao Senhor Germano José da Silva

Encarregado da Parte Sul da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.

Para serem encaminhados aos Postos de Juina e Utiarity, anexamos ao presente dois exemplares do Decreto nº 5484, de 27 de junho de 1928, que regula a situação dos índios nascidos no território nacional.<sup>183</sup>

Trata-se de um documento de fevereiro de 1929 que contextualiza a especificidade da época histórica. O inspetor interino do SPI através desta circular encaminha ao chefe da parte sul da Comissão Rondon – Germano da Silva - o decreto-lei recém aprovado que estabelecia o regime tutelar. Agora oficialmente os agentes do SPI tornavam-se responsáveis legais pelos índios, ou seja, seus tutores e protetores.

Práticas tutelares já eram realidade no cotidiano dos postos aos quais deveriam ser encaminhados os exemplares do decreto. No entanto o dever burocrático orientava os procedimentos administrativos e os encarregados locais dos postos indigenistas deveriam ter acesso aos detalhes da lei, para dela saberem se utilizar conforme as conveniências e as recorrentes disputas políticas pela posse de terras e trabalhadores indígenas no estado do Mato Grosso.

O segundo documento:

Ao Senhor Encarregado do Posto Indígena de Utiarity.

Afim de que esta Inspetoria possa dar cumprimento ao disposto no artigo 16 do Decreto nº5484 de 27 de junho de 1928, vos remetto o incluso quadro, no qual deveis fazer o lançamento do nome de todos os índios existentes nesse Posto. O referido lançamento deve ser feito em duas vias, sendo que as primeiras vias deverão ser remetidas à Sede desta Repartição, por intermédio dos Escriptórios

<sup>183</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 216; Fotograma 0100.

da Comissão Rondon e as segundas vias ficarão pertencendo ao arquivo desse Posto. (...)<sup>184</sup>

Analisando esta circular expedida pelo ajudante adido da Inspetoria regional do Mato Grosso – o inspetor interino Miguel Maria Lisboa - datada de junho de 1929 e destinada ao chefe do posto indigenista de Utiarity, observamos que encarregados de postos eram responsáveis pelo exercício de dois tipos de funções distintas que se complementavam: funções prático-empíricas e funções burocrático-administrativas.

Este documento comprova que os exemplares do decreto de 1928 citados no documento de fevereiro de 1929, transcrito anteriormente, haviam sido devidamente encaminhados para Utiarity. Este ofício transmite uma ordem de execução da tarefa de registrar os índios existentes no posto, ou seja, a realização de um novo censo. Este recenseamento detinha a particularidade de ser o primeiro a ser realizado no posto de Utiarity após a lei de 1928 ter sido decretada, o que permitiria aos indigenistas enquadrar os índios locais Paresí dentro das categorias classificatórias expressas na lei.

Após o término do registro, o repasse das informações coletadas deveria ser feito através dos escritórios da Comissão Rondon utilizando-se de seu aparato administrativo local. Tais escritórios eram as próprias sedes das estações telegráficas, ou seja, a casa administrativa construída no local para abrigar arquivos, equipamentos e o material necessário para o funcionamento adequado e eficiente do serviço telegráfico.

Desta maneira o chefe do posto de Utiarity ao concluir o seu trabalho de registro deveria através da estação telegráfica de Utiarity enviar o documento exigido à Inspetoria indigenista. As atividades burocráticas inerentes à ocupação de um cargo de chefia estavam intrinsecamente relacionadas às atividades práticas exercidas pelos encarregados em seu contato face a face diário com os índios. A organização burocrática era parte constitutiva dos mecanismos operacionais de um posto indigenista que permitiam o seu funcionamento e ordenamento em moldes minuciosamente planejados.

Interpreto este documento como um registro da Comissão de Linhas Telegráficas que a exhibe historicamente atuante enquanto órgão burocrático e

---

<sup>184</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 216 ; Fotograma 0003.

funcionando como intermediadora de comunicação administrativa trocada entre a Inspeção de Mato Grosso e o posto de Utiarity.

Em seu dever de registrar todos os índios existentes no posto, o encarregado de Utiarity se incumbia da tarefa de recensear homens, mulheres e crianças indígenas, um por um, revelando a proximidade do contato entre os agentes sociais indígenas e indigenistas. Por se tratar de uma ordem de registro de índios, este documento nos revela que em 1929 alguns grupos Paresí encontravam-se sedentarizados na localidade.

Vislumbramos um grau de envolvimento significativo dos Paresí com o território Utiarity; encontravam-se assim, os índios desta etnia, cotidianamente envolvidos nas etapas de assistência e nacionalização constitutivas de um projeto militar-estatal de povoamento das terras e colonização do espaço territorializado pelo posto<sup>185</sup>.

Assistir e nacionalizar indígenas significava colocar efetivamente em prática uma etapa sucessória na progressiva linha civilizatória imaginariamente formulada pelos indigenistas positivistas. Esta etapa deveria suceder a etapa de atração e pacificação dos índios que consistia em fazer com que a sua frequência de visita e circulação fosse cada vez mais regular e constante ao longo dos meses e anos<sup>186</sup>. Na prática, obedecendo à dinâmica social em curso, as etapas ocorriam simultaneamente.

As tarefas de assistência e nacionalização eram assim direcionadas às famílias Paresí que já constituíam residência e morada fixa no terreno abrangido pelo posto de Utiarity, o que expressa a aplicação eficaz das políticas de sedentarização almejadas pelos encarregados indigenistas<sup>187</sup>. Sedentarizar era uma prática nacionalizante: a partir dela os índios seriam induzidos à necessidade de

---

<sup>185</sup> Neste ponto é possível de fazer associação que viabilize a compreensão de postos indigenistas enquanto postos militares.

<sup>186</sup> No que diz respeito às especificidades dos índios de Utiarity a tarefa de pacificação não foi necessária, pois os primeiros grupos Paresí alcançados se mostraram amistosos ao contato, tendo em vista que de imediato os agentes indigenistas não se mostraram hostis aos índios.

<sup>187</sup> A sedentarização de índios referida não implica na estagnação espacial dos sujeitos históricos indígenas. A dimensão dos deslocamentos e da mobilidade dos agentes sociais indígenas pelo espaço geográfico deve ser considerada para a captação de uma imagem histórica mais verossímil daquela realidade social. Há de ser considerado também que nem todos os grupos indígenas da etnia Paresí optaram por interagir com os agentes estatais do território indigenista, ou seja, não se incorporaram à Utiarity. Sobre a questão da mobilidade dos grupos indígenas e a incessante movimentação destes pelos espaços geográficos e sociais apesar da imposição de bases territoriais fixas por agentes externos ver FERNANDES, Eunícia. **Futuros Outros: homens e espaços: os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América portuguesa**. Tese de doutorado em História UFF. Rio de Janeiro, 2001.

uma reelaboração de sua organização social. Tentar adaptar-se a uma prática de vida sedentária, por si, já expressa uma reorganização sócio-cultural indígena.

Tal fato nos sinaliza o estabelecimento de novas relações dos índios com sujeitos, hábitos e costumes externos a partir da imposição de uma nova territorialidade – o posto de Utiarity. Ao atribuir ao grupo indígena atraído para Utiarity uma base territorial fixa, o SPI havia promovido uma mudança na organização sócio-espacial do grupo, o que resultou, por parte dos índios, na elaboração de uma nova relação com o território do posto indigenista e no estabelecimento de novas relações com a sociedade envolvente.

Outro ofício que sinaliza a continuidade da gestão conjunta do posto de Utiarity entre os órgãos indigenistas estatais atuantes em Mato Grosso no final da década de 1920 é citado a seguir:

Ao Senhor Chefe da Secção Sul da Comissão de Linhas Telegraficas Estrategicas do Matto Grosso ao Amazonas.

Por ordem do Senhor Capitão Ramiro Noronha, Auxiliar deste Serviço, junto vos envio a importância de “Cinco Contos Setecentos e Sessenta Mil Réis” (5.760\$000) correspondente a contribuição desta Inspectoria para as despesas do Posto Indígena de Utiarity, sob a administração dessa Comissão, relativa ao segundo trimestre deste anno.<sup>188</sup>

Este documento redigido por Miguel Maria Lisboa, inspetor interino do SPI, endereçado ao encarregado da parte sul da Comissão Rondon em julho de 1929 nos dá indícios de que o modelo administrativo colaborativo implementado no posto de Utiarity ainda se encontrava em pleno funcionamento. As verbas de auxílio à Comissão para a administração do posto continuavam a ser enviadas.

Este auxílio financeiro seria de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades indigenistas em Utiarity durante o ano de 1929. Tais atividades estão documentadas no relatório oficial da Inspetoria do Mato Grosso datado de maio de 1930<sup>189</sup>. As informações sobre Utiarity presentes neste

<sup>188</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 216 ; Fotograma 0091.

<sup>189</sup> Como realizado até agora, apresento aqui as divisões administrativas da Inspetoria a fim de que o leitor tenha informações sobre a estrutura do seu corpo administrativo no início da década de 1930: Noroeste – 1) Posto indígena de Pacaas- Novos; 2) Posto indígena de Rolim de Moura; 3) Posto indígena de Juína; 4) Posto indígena de Utiarity; 5) Posto indígena de Fraternidade Indígena; Nordeste- 6) Posto indígena de Pedro Dantas; 7) Posto indígena de Simões Lopes; Centro- 8) Povoação indígena de São Lourenço; 9) Posto indígena do Córrego Grande; 10) Posto indígena do Perigara; Sul- 11) Posto indígena de Predidente Alves de Barros; 12) Posto indígena de Cachoeirinha; 13) Posto indígena do Bananal-Ipegue; 14) Posto indígena de Lalima; 15) Posto indígena de Burity; 16) Posto indígena de Capitão Vitorino; Extremo Sul- 17) Posto indígena de Francisco Horta; 18) Posto indígena de José Bonifácio; 19) Posto indígena de União. O total da

relatório foram transcritas de outro relatório redigido por um agente da Comissão Rondon:

Do relatório apresentado ao Exmo. Senhor General Candido Mariano da Silva Rondon, em 1929, pelo Telegraphista de 1ª classe Germano José da Silva, Ajudante do 3º Districto, encarregado da Zona Sul, da Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas do Matto Grosso ao Amazonas, destacamos o seguinte:

Serviços Especiaes

Núcleo Indígena de Utiarity

O quadro “E” registra o numero de índios parecis nucleados, junto à estação telegraphica de Utiarity, actualmente em numero de 107, discriminadamente por sexo e phase de idade, mencionado o numero de menores matriculados na escola publica estadual, sob regime de internato, mantido materialmente pela Inspectoria dos índios com o auxílio, actualmente, de rs. 23.000\$000, e direcção da Comissão Rondon. Esse auxílio é aplicado em alimentação, roupas, calçado, utensílio, medicamento e etc., aos alumnos e alumnas e bem assim ao relativamente pequeno numero de índios adultos e respectivas famílias, não empregadas no serviço de conservação da linha, e que os há, já em numero de 20, dentre os quaes, 4 são telegraphistas, sendo 2 delles encarregados de estações (Barão de Capanema e de Nhambiquaras), e dois auxiliares da estação de Utiarity.

Os 16 restantes são diaristas com funções diversas, como guarda-fios, tropeiros, carpinteiros, etc., quase na totalidade sabendo ler e escrever; conhecimentos estes adquiridos no local do Nucleo (Utiarity).<sup>190</sup>

Além de informações relevantes, tais como a quantidade de índios Paresí territorializados no posto, o modelo de internato da escola local e a maneira como eram aplicados os recursos financeiros advindos da Inspetoria, o relatório nos fornece dados importantes relativos aos diversos tipos de trabalho exercidos pelos indígenas. Germano da Silva menciona que vinte Paresí estavam empregados nos serviços de conservação das linhas telegráficas que consistiam em diversos tipos de afazeres.

Os índios mostram-se incorporados ao quadro de funcionários do posto de Utiarity e não apenas como objeto de proteção indigenista. Quatro índios exerciam o cargo de telegrafista, onde ser telegrafista significava exercer uma prática “civilizada”, ou seja, ser nacionalizado. Ao que tudo indica dois destes residiam em Utiarity e ocupavam o cargo de chefia de estações telegráficas circunvizinhas enquanto os outros dois estavam empregados na própria estação que funcionava no posto indigenista.

---

população indígena nucleada e assistida nestes 19 postos indigenistas da Inspetoria regional do Mato Grosso, no ano de 1929, era de 4.258 índios.

<sup>190</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 0873.

A distribuição de alimentos, roupas e utensílios em troca de serviços realizados por indígenas nos leva a refletir sobre as relações de trabalho que estavam se constituindo no cotidiano de Utiarity. Considerando que estes índios prestadores de serviços nas estações telegráficas estavam minimamente integrados ao funcionamento do posto indigenista e possuíam um determinado grau de convivência social diária com os funcionários locais, o trabalho a que se dedicavam destinava-se também a sua subsistência e ao que parece ofereciam sua mão de obra em troca de recompensas materiais. Busco aqui sublinhar que as relações estabelecidas com o mundo dos não-índios dizem respeito às necessidades e interesses circunstanciais próprios aos grupos indígenas.

Não podemos deixar de atentar, contudo, que uma das técnicas implementadas pelos agentes do posto, visando a integração dos indígenas àquele tipo de organização social e territorial, consistia em fazer os grupos nativos incorporarem uma cultura material que lhes era estranha. A intenção programática do SPI era inserir sociedades indígenas na comunidade nacional através destas novas relações de trabalho introduzidas pelos postos indigenistas.

O que também nos chama a atenção neste trecho é a referência que se faz ao número – não tão pequeno assim – de índios adultos não empregados no serviço oferecido pelo posto. Poderíamos aqui reconhecer um indício da possibilidade de recusa ao trabalho por parte dos indígenas, admitindo-a como uma ação política fruto de uma escolha.

Uma ação consciente que tanto nos revela um posicionamento em relação aquele novo ambiente social em construção quanto à forma como estes agentes sociais poderiam estar interpretando a sua inserção nele. Podemos vislumbrar também diferentes modos de relacionamento presentes no cotidiano do posto de Utiarity: a presença destes indígenas não empregados em serviço algum nos atesta a existência de outras relações sociais de convivência que não relações de trabalho. Tal situação nos revela formas particulares de integração dos índios à nação que se distinguem das projetadas e elaboradas pelo SPI. As práticas indígenas não se enquadravam totalmente ao projeto indigenista, pois a estes os índios concediam respostas próprias.

Todavia, através da menção feita aos vinte índios que trabalhavam para o Estado no serviço de conservação das linhas telegráficas, percebemos que o modelo proposto pelo SPI de certa maneira se concretizava. Além de mencionar o

trabalho dos índios telegrafistas, vemos emergir através do documento a figura dos índios guarda-fios<sup>191</sup>, índios tropeiros e índios carpinteiros: os indígenas da etnia Paresí exemplificam bem a idéia do índio como trabalhador nacional e tutelado pelo Estado republicano.

Percebe-se assim que no início da década de 30 nesta região do Brasil, indivíduos indígenas mostravam a capacidade que tinham em adaptarem-se às novas condições sociais e relações políticas advindas do contato com o mundo dos não-índios. Adicionavam-se à cultura “tradicional” daqueles índios novas habilidades através de novas maneiras que surgiam de se relacionar com uma cultura material estranha às suas comunidades.

O relatório nos apresenta dados relevantes sobre atividades oferecidas aos índios visando sua maior integração ao cotidiano do Posto Indígena Utiarity:

Infelizmente, por falta de professor, a aprendizagem de música instrumentada foi interrompida a cerca de 3 anos, bem assim, por falta de matéria prima, a officina de sapataria.

Nessas duas artes os jovens índios já tem demonstrado progresso sensível.

Acho conveniente que os índios retomem o estudo da música convindo, entretanto ser substituído, por novo ou, pelo menos, por melhor, o instrumento já muito usado que foi adquirido para o Núcleo.

Conjuntamente com os estudos escolares os alumnos, uma ou duas vezes por semana, se aplicam aos trabalhos mais leves da lavoura do núcleo.

Com a pequena officina de ferraria, de que a Chefia da Comissão dotou a 3ª Secção, o auxiliar da mesma, diarista Durval Santa Luzia Lebre tem instruído alguns índios na respectiva arte, bem assim na de funileiro.<sup>192</sup>

O ensino de música e de ofícios profissionalizantes através das oficinas de sapataria, ferraria, carpintaria e funilaria também configuram políticas indigenistas de nacionalização. No entanto, pelo relatado, tais projetos nacionalizantes encontravam impasses durante sua execução, uma vez que o agente indigenista menciona que as aulas de música e sapataria tiveram que ser interrompidas por volta de 1927. Tal cenário discrepa daquele apresentado no relatório de 1923 – analisado no capítulo anterior – e pode nos sinalizar um processo de decadência do posto de Utiarity. Decadência que culminaria no seu desativamento no ano de 1932.

<sup>191</sup> A função de um guarda-fio era a de percorrer, a pé, toda a estrada das linhas telegráficas, inspecionando e reparando os postes e os fios. Ver MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxiniti, grupos Paresi.** Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, 1994.

<sup>192</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 0873.

Pelo documento constatamos a existência de trabalho infantil indígena simultâneo à educação escolar: os índios desde crianças já eram induzidos à prática de trabalho na lavoura, no intuito de adequarem-se progressivamente ao modelo de agricultores nacionais sistematizados nos moldes planejados pelo governo, assim que atingissem a idade adulta.

A escola pública estadual existente em Utiarity em 1929 funcionava sob o regime de internato<sup>193</sup>. Tal regime escolar implicava na permanência e estadia fixa das crianças indígenas na instituição. Esta escola era destinada tanto a índios órfãos quanto a meninos e meninas indígenas separados de seus pais e também para crianças não-indígenas filhos de trabalhadores da estação/posto de Utiarity ou de moradores de localidades próximas. A interação das crianças índias com as não-índias era algo almejado pelos agentes indigenistas, pois, a seu ver, favorecia a desejada integração dos índios à sociedade regional da maneira politicamente planejada pelo Estado<sup>194</sup>.

Apesar do ensino empírico administrado não ter aumentado sensivelmente os conhecimentos dos alumnos, adquiridos anteriormente, teve a vantagem de evitar que esquecessem o que já haviam estudado e de manter a ordem e a disciplina escolares.

Acredito que o ensino dos índios e dos menores filhos de civilizados, feito pelo methodo actual de pedagogia, isto é, administrado por professor ou professora instruídos especialmente para o magistério dará, fatalmente, melhores resultados. Acham-se já incorporados neste núcleo (Utiarity) 3 meninos da tribo dos Nhambiquaras da zona norte de Vilhena, e conduzidos pessoalmente para este núcleo pelo Snr. General Chefe [Rondon] em começo de 1928. Já iniciaram elles o estudo de leitura e de escripta e adaptaram-se perfeitamente ao novo meio. É interessante a facilidade com que aprenderam o idioma paricy, que fallam correctamente, conforme me declarou o índio Rafael Koloizorecê, quando há pouco estive de passagem pela estação de Utiarity.

Aconselhei aos 3 menores Nhambiquaras entre si fallarem sempre a sua própria língua, para que não venham a esquecê-la. Para mais garantir o conhecimento do seu idioma, no regresso da minha última viagem de inspeção (30 de outubro de 1929 a 7 de janeiro de 1930) convidei o nhambiquara Pedro, de 15 annos de idade presumíveis, para vir se incorporar ao Núcleo de Utiarity, aproveitando eu do interesse que mostrou elle por notícias dos 3 meninos seus conterrâneos. Aceitou immediatamente o convite e acompanhou-me de Barão de Melgaço até Utiarity onde encontrou-se com seus amiguinhos, entre os quaes ficou a vontade. Sendo mais idoso, recomendei-o manter sempre com aqueles suas palestras na sua

<sup>193</sup> É conveniente mencionar que muitos dos informantes/entrevistados indígenas da antropóloga Maria Fátima Roberto Machado foram alunos da escola-internato de Utiarity. Ver tese citada da referida antropóloga.

<sup>194</sup> Mais uma vez, devemos atentar para o fato de que os índios já interagiam com a sociedade regional do entorno de suas aldeias anteriormente à presença indigenista na região de Utiarity. Tal ressalva visa apontar que as relações estabelecidas a partir da instalação da estação, do posto e da escola constituem novas formas de relacionamento dos indígenas com a sociedade envolvente; uma nova situação histórica.

própria língua. Esses 4 Nhambiquaras, especialmente os 3 menores, já falam com algum desembaraço a língua portuguesa.<sup>195</sup>

Manter a ordem e a disciplina: objetivo fundamental da instituição escolar indigenista. Estas são palavras-chave para a compreensão do funcionamento de instituições dirigidas por agentes militares: inculcar nas crianças indígenas às ideias de ordem e disciplina nos parâmetros militares consistia a principal finalidade da escola de Utiarity. Isto implica em dizer que os comportamentos dos índios na ótica militar correspondiam à desordem e à indisciplina. Através de imposições indigenistas configuradas nas práticas escolares buscar-se-iam modificar condutas e comportamentos próprios aos índios, num cenário social onde disciplinarizar era sinônimo para nacionalizar; sendo a nacionalização o mecanismo primordial para a consagração da civilização.

Por sua vez, os parâmetros indígenas de educação de suas crianças não ancoravam-se nos padrões autoritários defendidos pelos agentes do governo. Ainda que pudesse haver rigidez em algumas práticas educacionais indígenas, estas balizavam-se nos próprios padrões culturais dos grupos étnicos. Implica isto em constatar que os pequenos índios não eram mal-educados, desordeiros ou indisciplinados, mas recebiam uma educação não-formal, não-institucionalizada e não-sistematizada alicerçada nos parâmetros culturais da sociedade indígena a que pertenciam.

Vislumbramos através do fragmento a constituição de relações interétnicas mediadas pelo posto indígena de Utiarity: a intervenção das equipes indigenistas locais resultava na configuração de novas relações sociais entre grupos indígenas distintos. Devemos ressaltar que se tratam de crianças vindas de outra região e que estas foram incorporadas àquele novo meio, não se incorporando espontaneamente. Por isso, devemos sempre questionar formulações tais como esta “adaptação perfeita” a que o relator se refere, mesmo que aqueles meninos indígenas já fizessem parte daquele núcleo há praticamente dois anos.

Quais teriam sido os métodos utilizados pelos militares para separarem tais crianças de seu grupo de origem e de seus pais? Poderíamos aqui pensar que a incorporação destes pequenos Nambikwara – componentes de uma etnia indígena mais “arredia” – em Utiarity fazia parte de uma estratégia dos funcionários

---

<sup>195</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 0874.

indigenistas? Teria esta estratégia a finalidade de colocar tais índios em contato com grupos nativos mais “integrados à vida civilizada” – da maneira como eram percebidos pelos militares os indígenas Paresí nucleados – visando facilitar a inserção daquela outra etnia na sociedade nacional? Tais questões nos levam a algumas reflexões.

O SPI enquadrava os indígenas em diferentes categorias referentes às etapas de evolução civilizacional em que se encontravam, conforme o imaginário positivista, os critérios jurídicos vigentes à época e os estabelecidos por seus regulamentos internos.<sup>196</sup> Uma vez que os grupos Paresí possuíam uma história de relacionamento – político e cultural – mais sólido com os agentes do governo, eles eram tidos como mais civilizados que os Nambikwara.

A questão das línguas indígenas também se revela de enorme importância para compreendermos os objetivos das práticas indigenistas e as implicações culturais derivadas do estabelecimento de relações entre grupos étnicos distintos a partir da intervenção governamental, mas também a despeito de tal intervencionismo. Ao compreendermos a língua enquanto característica cultural fundamental na construção e na reconfiguração de identidades étnicas, visualizamos no documento a existência de trocas culturais interétnicas através do aprendizado manifestado pelos meninos Nambikwara da língua falada pelos Paresí.

Um ambiente cultural novo se configurava na coexistência de três línguas distintas em um mesmo espaço social, atentando para o fato de que nas escolas públicas frequentadas pelas crianças indígenas era-lhes imposto o ensino da língua portuguesa. O trecho destacado nos faz refletir sobre qual seria a intenção do encarregado local em estimular a prática da língua de origem dos Nambikwara, se uma das mais importantes finalidades de um posto era nacionalizar os índios e o ensino do português era concebido como um dos instrumentos para tal. A hipótese de que os funcionários locais pretendiam se utilizar dos pequenos Nambikwara como futuros mediadores que propiciariam a atração de indígenas de sua etnia para o interior do posto se mostra bastante coerente.

---

<sup>196</sup> Ver LIMA, Antônio Carlos de Souza. “*O governo dos índios sob a gestão do SPI*”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Para além da percepção da nacionalização pela alfabetização na língua portuguesa como prática indigenista sistemática, devemos atentar que os índios davam usos próprios às novas línguas aprendidas. A apropriação dos novos códigos lingüísticos pelos indígenas certamente ser-lhes-ia útil no processo de negociação cultural em curso entre índios e não-índios.

Tudo leva a crer que dentro em breve os índios, ao longo da linha, virão a ser excelente elemento para a sua conservação bastando para isso que a Inspectoria dos Índios possam nucleá-los em pontos convenientes, sempre mais ou menos próximos da mesma linha e que os chefes dos dois departamentos (índios e linhas telegraphicas) possam sempre agir, no futuro, com harmonia de vista patriótica. Não me é possível, num sucinto relatório que visa especialmente dados que dizem respeito ao serviço telegraphico, estender-me em assumpto propriamente relativo ao índio, não obstante ligado aos trabalhos da Comissão Rondon, desde os seus primórdios.

A título officioso, mas desejando demonstrar à Chefia da Comissão o auxílio que a mesma tem recebido da inspectoria dos Índios para a manutenção do nucleamento dos índios paricis, registro aqui as quantias recebidas anualmente, desde quando iniciou-se esse auxílio. Anteriormente o amparo a esses índios era feito com parcas economias da própria Comissão.<sup>197</sup>

O encarregado deseja sinalizar a seu superior – o destinatário do relatório – que as atividades promovidas pela Comissão Rondon, visando simultaneamente o desenvolvimento dos serviços telegráficos e a incorporação dos nativos como mão de obra, estavam apresentando resultados satisfatórios. As expectativas otimistas de futuro associadas a um sentimento patriótico nos revelam a carga simbólica de tais escritos: os índios estão representados como “elementos excelentes” para a manutenção eficiente de serviços relevantes para o desenvolvimento da pátria brasileira.

A harmonia patriótica é configurada na realidade, na ótica indigenista, pela contribuição administrativa expressa nas relações institucionais entre a Comissão Rondon e o SPI. Esta harmonia é almejada e desejável a fim de que a pátria - a terra/território gerida pelo Estado brasileiro – seja a “entidade/unidade maior” favorecida.

O trecho destacado nos permite enxergar a existência de uma divisão administrativa bem delimitada entre os dois órgãos indigenistas. Não por acaso o relator aponta para a importância da continuidade e manutenção da parceria, no limiar da década de 1930, entre a equipe da Inspectoria do Mato Grosso e a equipe da Comissão.

<sup>197</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 0875.

É bastante interessante perceber que a idéia de amparo aos índios aparece aqui vinculada à Comissão Rondon e não ao SPI. Na medida em que interpretamos a idéia de amparo como intrínseca e historicamente ligada à idéia de proteção visualizamos como a atuação conjunta dos dois órgãos estatais, regionalmente, configurou-se num importante componente na constituição de sua identidade indigenista. Torna-se relevante também sinalizar que tais constatações são observáveis a partir de um relatório que procura reportar a ação local do indigenismo estatal no processo de territorialização dos grupos Paresí em Utiarity.

Endereçado ao inspetor indigenista de Mato Grosso, Alípio Bandeira, datado de maio de 1932, um importante telegrama é enviado da estação telegráfica de Utiarity pelo encarregado José Leonardo Leite:

Dada absoluta falta alimentação não podemos manter o núcleo indígena por mais tempo. As crianças estão sofrendo rigorosa falta de tudo inclusive roupa. Mandiocaes existentes não se prestam atender necessidades emergentes por serem ainda muito novos. Colheita arroz este anno atingiu 30 alqueires ou seja 15 alqueires beneficiados dos quais retirei 8 alqueires que foram permutados por sabão sal feijão com que vínhamos mantendo. Presentemente estamos gastando últimos alqueires de arroz e quatro kilos banha que apenas darão para oito dias. Não temos mais para onde apelar. Como a muito os paes vem retomando seus filhos e diante o que acima vos expus pondero vos toda conveniência fechar o núcleo devida entrega das creanças aos seus respectivos paes. Aguardo vossa devolução. Atts Telegraphista Leonardo. Encarregado.<sup>198</sup>

Este documento é representativo do fim de uma trajetória. E do começo de uma outra história. Revela-nos a decadência da região de Utiarity: da instalação da estação telegráfica à esta solicitação de fechamento do posto indígena haviam decorrido 23 anos (1909 – 1932). A trajetória do espaço territorializado pelo Estado e batizado como Utiarity foi marcada pelo estreitamento de vínculos entre os índios Paresí e os representantes do governo nacional.

A “rigorosa falta de tudo” mencionada pelo relator explicava a impossibilidade do prolongamento da assistência indigenista e justificava a extinção do posto. Já não podendo mais cumprir com suas finalidades a atitude mais ponderada e conveniente era desativá-lo. Visando não perder o controle dos índios nucleados, não deixando ir por água abaixo as aproximações, contatos e relações estabelecidas, desativar o núcleo indigenista implicava em promover a transferência das famílias Paresí para outro estabelecimento protecionista.

<sup>198</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 216; Fotogramas 0079-0080-0081.

A análise de um ofício administrativo de outubro de 1934<sup>199</sup> nos auxilia na reflexão sobre o processo de desterritorialização dos índios Paresí promovido pelos agentes indigenistas:

Ao Sr. Octaviano Calmon, Encarregado do posto Fraternidade Indígena  
De ordem do Sr. Inspetor Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, neste Estado, Dr. Antonio Fragelli, vos incumbo de promover a transferência dos índios parecis de Utiarity para o posto Fraternidade Indígena, em Barra do Rio dos Bugres, bem como dos bens móveis existentes naquele extinto posto.

Para o bom desempenho da vossa missão, o Sr. Diretor Regional dos Correios e Telegrafos nesta Capital, telegrafou ao Sr. Encarregado da estação de Utiarity, Telegrafista José Leonardo Leite, autorizando-lhe a entregar-vos todo o material pertencente aos parecis.

De passagem pelas cidades do norte do Estado, deveis receber os parecis e nhambiquaras que se encontram em poder de particulares, e conduzi-los convosco para Barra dos Bugres.

Na hipótese de serem necessárias medidas policiaes para o cabal desempenho da incumbência que ora vos é confiada, deveis telegrafar a esta Inspeção Regional solicitando as providências que se fizerem necessárias.<sup>200</sup>

No impedimento do inspetor regional, o auxiliar da Inspeção de Mato Grosso, Álvaro Duarte Monteiro, dá as ordens sobre os procedimentos de transferência dos índios Paresí do posto de Utiarity para o posto Fraternidade Indígena.

Convém citarmos o geógrafo Marcos Aurélio Saquet para aprofundarmos nossa compreensão sobre o processo de reterritorialização a que estavam sendo submetidos os grupos indígenas Paresí. No entendimento deste autor a desterritorialização e a re-territorialização são processos simultâneos e complementares:

<sup>199</sup> Nesta época o SPI encontrava-se vinculado institucionalmente ao Departamento Nacional de Povoamento, um sub-órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Um breve inventário das mudanças de competências ministeriais em relação ao SPI: Antes de 1930 o SPI fazia parte dos órgãos que compunham o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). O SPI foi anexado ao MTIC (criado em 1930, exemplo das transformações administrativas oriundas da ascensão de Getúlio Vargas ao poder presidencial) pelo decreto 19670 de 4 de janeiro de 1931. Em 18 de junho de 1936 pelo decreto 911 ocorre a transferência do SPI, do MTIC para o Ministério da Guerra (a agência indigenista ficaria situada num sub-órgão do Ministério da Guerra: a Inspeção Especial de Fronteiras). Pelo decreto-lei 1736, de 3 de novembro de 1939, o Serviço é subordinado ao Ministério da Agricultura. Ver LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1995.

Acredito que este deslocamento do SPI entre diferentes ministérios expresse as diferentes diretrizes e orientações adotadas pelos propositores das políticas indigenistas no tempo. Penso também que os fatores políticos que provocavam as reformulações do indigenismo oficial dizem respeito tanto às dificuldades administrativas estatais em âmbito nacional e em âmbito regional quanto às respostas indígenas - dotadas de especificidades étnicas e geográficas - ao estabelecimento de políticas indigenistas locais.

<sup>200</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 216; Fotograma 1820.

A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação economia-política-cultura (...). A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território.<sup>201</sup>

Dada a necessidade da transferência dos índios do posto de Utiarity para o posto Fraternidade Indígena, e a tomada de atitude do SPI neste sentido, interpreto este movimento como uma re-territorialização dos grupos sociais Paresí. A mobilidade/deslocamento da força de trabalho indígena para outra localidade implicava no início de um novo processo de territorialização, agora dentro da territorialidade de outro posto indigenista. Uma vez des-territorializados de Utiarity, os índios Paresí viam-se obrigados a re-territorializarem-se no posto Fraternidade Indígena. O processo, como aponta Saquet, pode ser de fato interpretado como simultâneo e complementar.

As características culturais dos indígenas e as trocas estabelecidas no território Utiarity não seriam apagadas em meio a este processo. A bagagem cultural adquirida pelos índios Paresí na sua vivência dentro do arranjo territorial de Utiarity imprimira fortes marcas na identidade destes agentes sociais. A experiência da convivência entre índios e não-índios no Território Indigenista Utiarity deixaria o seu legado e certamente influenciaria na constituição de novas relações na nova territorialidade, o posto Fraternidade Indígena.

No relatório da Inspeção regional de 1935 – correspondente ao ano de 1934 – constava um tópico especial no meio da descrição das atividades desenvolvidas nos postos indigenistas de Mato Grosso:

Transferência dos índios Parecis do extinto Posto de Utiarity para o de Fraternidade Indígena, em Barra dos Bugres.

De acordo com as instruções do Exmo. Sr. General Rondon, e em virtude da vossa determinação no mês de outubro findo, o Sr. Octaviano Calmon seguiu para Utiarity com o fim de realizar aquele objetivo, levando consigo um caminhão.

Apezar dos índios Parecis terem recebido com a maior satisfação a notícia da sua mudança para um lugar onde encontrariam conforto relativo, ao contrário do que se dava em Utiarity onde se achavam quasi na miséria, foram, entretanto, suggestionados por interessados na não realização da mudança. Isto porque, tendo uns índios empregados da linha telegraphica, como guarda-fios, querido também seguir para Barra dos Bugres, os seus fornecedores, a quem devem, cada um, sommas superiores a conto de reis, de fornecimentos feitos sem a menor

<sup>201</sup> SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pgs. 128-129.

fiscalização, os convenceram da desgraça que lhes adviria com essa mudança, com o que, infelizmente, concordaram os índios.

O auxiliar Calmon verificando não ser possível a continuação desses índios em Utiarity, diante da exploração de que estavam sendo vítimas, tentou demover-lhes da nova resolução tomada, o que determinou uma reacção armada dos taes fornecedores contra esse nosso auxiliar, reacção essa de que não resultou um desastre lamentável, em virtude de haver este desistido de retirar de Utiarity os índios guarda-fios.

Embora esses acidentados todos, conseguimos transferir 34 índios, sendo 8 homens, 13 mulheres e 13 meninos.

Agora mesmo acabo de receber um telegrama do encarregado da estação telegraphica de Utiarity, comunicando-me que nova turma de Parecis se aprestou para seguir para o posto Fraternidade Indígena.

É necessário, pois, que no anno vindouro em ocasião oportuna, seja feita a mudança do restante dos índios, inclusive daqueles que se acham escravizados, o que este ano não é possível fazer-se devido a actual estação das chuvas.<sup>202</sup>

Este fragmento consta do relatório sobre a zona norte do Mato Grosso, tendo sido redigido pelo auxiliar da Inspeção Álvaro Duarte e enviado ao inspetor regional Antonio Fragelli para ser incorporado ao relatório oficial de 1935.

Tais questões são bastante significativas se interpretarmos o documento sob a ótica da criação de uma situação colonial. Vislumbramos um quadro social de conflitos de interesses – entre a equipe local do SPI e os fornecedores de material para as estações e postos – advindos da situação colonial formada a partir da intervenção tutelar.

No momento em que os funcionários do posto no exercício de sua prática institucional protecionista resolvem transferir os indígenas para outra localidade, se dão conta de que estes estão envolvidos em uma dinâmica sócio-regional sobre a qual o órgão tutelar não detinha controle algum<sup>203</sup>. Os índios encontravam-se sujeitos a uma situação de exploração econômica - por agentes sociais outros que

<sup>202</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 380; Fotograma 1681-1682.

<sup>203</sup> Este relato que molda uma imagem dos indígenas daquela região vivendo sob condições de miséria, sendo vítimas de exploração e até mesmo experimentando situações de escravização, pode nos aproximar da realidade histórica e social vivenciada por índios Paresí na década de 30. Contudo, a elaboração deste cenário é útil para o indigenismo estatal, visto que o relatório tem a função política de construir uma representação discursiva que dê legitimidade às ações tutelares. O cenário de Utiarity era um ambiente repleto de tensões sociais e não podemos omitir aqui a violência também intrínseca aos procedimentos cotidianos de administração de grupos indígenas sob o comando do militar Rondon e seus subordinados locais. Omitir a dimensão da violência presente nas ações dos agentes do governo é, de uma maneira velada, corroborar com o discurso estatal sobre os processos históricos de contatos com as populações indígenas, que de forma alguma poderiam ser representados por escrito nos relatórios oficiais. Cabe ao historiador captar nas entrelinhas do discurso indigenista oficial a dimensão do velado, do ocultado, trazendo-a à tona.

não os do SPI - que impossibilitava aos indigenistas o cumprimento da tarefa de encaminhá-los para um posto que, segundo eles, ofereceria melhores condições de vida e de trabalho.

O encarregado do posto Fraternidade Indígena na tentativa infrutífera de atuar como mediador entre os interesses dos índios trabalhadores das linhas telegráficas, que demonstravam satisfação<sup>204</sup> com a notícia da transferência, e os interesses de seus exploradores, agravou a situação dando-lhe contornos de tensão social. O fato é que tal quadro só tornou-se possível devido à sujeição dos indígenas a uma situação colonial decorrente do estabelecimento de uma estação telegráfica e um posto indigenista na região e das implicações sociais resultantes dos mecanismos administrativos operantes.

O espaço geográfico habitado por índios Paresí foi submetido a um processo de territorialização. A estação telegráfica e o posto indígena de Utiarity consistiam num ordenamento territorial delimitado pelos agentes estatais. Este território indigenista foi palco de contatos políticos e culturais entre os grupos Paresí e as equipes do governo.

A territorialidade do posto/estação havia representado por mais de duas décadas um cenário social de interações culturais e políticas entre índios e não-índios, e como tal, imprimira marcas indeléveis aos agentes sociais em questão. Uma citação do geógrafo Rogério Haesbaert pode orientar nossa compreensão sobre as implicações do des-enraizamento dos índios da região de Utiarity, ilustrada por esta transferência realizada no ano de 1934. Na sua concepção, a territorialização é um processo enraizador:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica e cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais (...) e uma dimensão mais concreta de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.<sup>205</sup>

Podemos compreender a territorialização, a des-territorialização e a re-territorialização como um processo de produção simbólica e cultural de um território. Para além de sua dimensão mais concreta – um espaço de domínio e governo sobre grupos indígenas – o Território Indigenista Utiarity tinha uma

<sup>204</sup> Esta imagem representativa da satisfação dos Paresí deve ser relativizada, pois se trata de um discurso institucional que pretende associar os interesses indigenistas aos interesses indígenas.

<sup>205</sup> Esta citação de Haesbaert é extraída da obra de SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pg. 125.

dimensão simbólica e identitária. As duas dimensões coexistiam e davam forma e conteúdo ao território.

Assim como podemos compreender a identidade cultural de um grupo social como elemento central na constituição de um território, também podemos obter a compreensão do território como parte fundamental na constituição de identidades. A apropriação que os índios Paresí faziam de Utiarity produzia um processo de reconfigurações sociais e identitárias destes sujeitos históricos.

O Território Utiarity passa a ser constitutivo da identidade da sociedade Paresí. Da mesma maneira as territorialidades indígenas – modalidades sociais de gestão territorial próprias aos índios - que ordenavam socialmente o espaço geográfico, anteriormente à intervenção governamental, compunham a identidade étnica e cultural deste povo. No processo de des-territorialização de Utiarity para sua re-territorialização no posto Fraternidade Indígena, os índios iam marcados historicamente pela vivência nos antigos territórios; assim como, já haviam impresso neles, as suas próprias marcas.

Encaminhando para a conclusão de seu relatório o inspetor indigenista de Mato Grosso, Antonio Fragelli, tece as seguintes considerações:

É evidente que o SPI necessita de maiores auxílios materiais, a fim de que se possa traçar um programa digno de seu passado, digno do sacrifício de muitos abnegados. E hoje que procuramos equiparar o direito de todas as classes sociais, oferecendo a todos uma vida compatível com as necessidades de cada um, elevando, assim, o padrão social de **nossa terra**, defendendo, como os demais países, o trabalhador nacional, não podemos esquecer o índio que, sem lançar mãos de greves, aguarda confiante que um dia também os seus patrícios lhe façam justiça.<sup>206</sup>

Vislumbramos através deste fragmento a tentativa de estabelecer a imagem da pátria como o elo de união entre os grupos indígenas, a sociedade e o estado nacional. Discursivamente o indigenista promove a integração: os índios como compatriotas dos nacionais, seus patrícios, seus conterrâneos. A idéia da pátria como a terra natal compartilhada entre índios e não-índios se faz presente. A terra natal pensada como território nacional potencializa e promove identidades em comum.

Podemos visualizar um discurso patriótico e nacionalista construindo uma representação sobre os indígenas; uma visão sobre a realidade que não necessariamente correspondia à realidade propriamente dita. Os indígenas

<sup>206</sup> Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 380; Fotograma 1675 (grifo meu).

acionavam identidades que lhes eram imputadas através de uma multiplicidade de maneiras, apropriando-se delas de acordo com suas percepções culturais e conveniências numa situação histórica específica. Reconfigurações sociais e identitárias protagonizadas pelos índios podem ser entendidas como fatores que interferiam permanentemente nos re-ordenamentos territoriais onde se estruturavam as unidades administrativas estatais dispostas para sua “proteção”.